

Ricardo Negrão

Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo  
Mestre em Direito Comercial (PUCSP)

# Aspectos objetivos da lei de recuperação de empresas e de falências

Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005

5ª edição  
revista e atualizada

2014

Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP  
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SACJUR: 0800 055 7688

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

saraivajur@editorasaraiva.com.br

Acesso: [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

## FILIAIS

### AMAZONAS/RONDÔNIA/ROREAMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro

Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3633-4782 — Manaus

### BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino dórea, 23 — Brotas

Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895

Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

### BAURUR (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 — Centro

Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Baurur

### CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomena Gomes, 670 — Jacarecanga

Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384

Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

### DISTRITO FEDERAL

SA/SEL Trecho 2 Lote 850 — Setor de Indústria e Abastecimento

Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951

Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

### GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto

Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806

Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

### MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro

Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

### MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Lagoinha

Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

### PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagés, 186 — Batista Campos

Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038

Fax: (91) 3241-0499 — Belém

### PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 — Prado Velho

Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

### PERNAMBUCO/PARAIBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista

Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

### RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro

Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

### RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel

Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565

Rio de Janeiro

### RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farrapos

Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567

Porto Alegre

### SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 — Barra Funda

Fone: (11) 3616-3666 — São Paulo

ISBN 978-85-02-21125-4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Negrão, Ricardo

Aspectos objetivos da lei de recuperação de empresas e de falências : Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 / Ricardo Negrão. — 5. ed. rev. e atual. — São Paulo : Saraiva, 2014.

## Bibliografia.

1. Falências - Leis e legislação - Brasil 2. Recuperação judicial (Direito) - Leis e legislação - Brasil 1. Título.

10-00064

CDU-347.736 (81) (094)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Leis : Falências : Direito comercial 347.736 (81) (094)
2. Brasil : Leis : Recuperação de empresas : Direito comercial 347.736 (81) (094)
3. Leis : Falências : Direito comercial : Brasil 347.736 (81) (094)
4. Leis : Recuperação de empresas : Direito comercial : Brasil 347.736 (81) (094)

*Diretor editorial* Luiz Roberto Curia

*Gerente de produção editorial* Lígia Alves

*Editor* Jônatas Junqueira de Mello

*Assistente editorial* Silene Miranda de Sales

*Produtora editorial* Clarissa Baraschi Maria

*Preparação de originais* Ana Cristina Garcia

Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

*Arte e diagramação* Cristina Aparecida Aguda de Freitas

Jessica Siqueira

*Revisão de provas* Rita de Cássia Queiroz Gorgati

Amanda Maria de Carvalho Anhoque

*Serviços editoriais* Elaine Cristina da Silva

Surane Vellenich

*Capa* Conexão Editorial

*Produção gráfica* Marli Rampim

*Impressão* Bortina Gráfica

*Acabamento* Bortina Gráfica

991750

**Data de fechamento da edição: 23-8-2013**

Dúvidas?

Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

# ÍNDICE

<i>Abreviaturas</i> .....	7
<i>Nota introdutória</i> .....	15

## Capítulo 1

### PROCEDIMENTOS PRÉ-FALIMENTARES

1. Caracterização do estado falimentar .....	17
2. Causas .....	17
3. Pressupostos legais .....	19
4. Pluralidade de credores .....	19
5. Legitimidade passiva.....	20
5.1. Empresários excluídos pela Lei de Falências em razão de seu objeto .....	20
5.2. Empresários excluídos em razão de inatividade .....	24
6. Legitimidade ativa.....	27
6.1. Qualidade do credor e de seu título .....	27
6.2. Credor empresário .....	27
6.3. Credor sem domicílio no Brasil.....	28
6.4. Credor com garantia real .....	28
6.5. Credor privilegiado fiscal .....	28
6.6. Credor privilegiado trabalhista .....	30
6.7. O cônjuge sobrevivente, qualquer herdeiro do devedor ou o inventariante .....	30
6.8. O sócio-cotista ou acionista .....	31
7. Procedimentos.....	33
7.1. Distinções .....	34
7.2. Discriminação dos atos de falência.....	38
7.3. Citação, oposição de sócios e recuperação judicial incidental.....	42

7.4. Procedimento de autofalência.....	43
8. Resumo gráfico.....	47
8.1. Procedimento do art. 94, I.....	47
8.2. Procedimento do art. 94, II.....	48
8.3. Procedimento do art. 94, III.....	49
8.4. Procedimento do art. 105.....	50
9. Defesas.....	51

## **Capítulo 2**

### **SENTENÇA JUDICIAL E RECURSOS**

1. Unidade e prevenção do Juízo falimentar.....	53
2. Indivisibilidade do Juízo falimentar.....	54
3. Universalidade do Juízo falimentar.....	54
4. Resumo dos conceitos.....	55
5. Sentença de quebra.....	56
6. Indenização.....	61
7. Recursos.....	63

## **Capítulo 3**

### **EFEITOS DA SENTENÇA DE FALÊNCIA**

1. Efeitos sobre os credores.....	65
1.1. Suspensão do curso da prescrição.....	66
1.2. Suspensão das ações e execuções individuais dos credores.....	66
1.3. Vencimento antecipado das dívidas.....	67
1.4. Formação da massa de credores.....	70
1.5. Suspensão do direito de retenção.....	73
1.6. Suspensão da fluência de juros.....	74
1.7. Direito de credores de coobrigados solidários.....	74
2. Efeitos sobre a pessoa do falido.....	76
2.1. Restrições impostas ao falido — limitações de direito....	76
2.2. Obrigações impostas ao falido.....	77
2.3. Direitos atribuídos ao falido.....	82
3. Efeitos sobre os bens do falido.....	82
3.1. O desapossamento.....	82
3.2. Impenhorabilidade e patrimônio de afetação.....	83

4. Efeitos sobre os sócios .....	85
4.1. Efeitos sobre sócios com responsabilidade ilimitada ..	87
4.2. Dificuldades .....	88
4.3. Efeitos sobre os demais sócios .....	88
4.4. Efeitos não patrimoniais .....	90
5. Efeitos sobre os contratos .....	92
5.1. Regras gerais para os contratos unilaterais .....	93
5.2. Regra especial para os contratos unilaterais .....	93
5.3. Regras gerais para os contratos bilaterais .....	93
5.4. Regras especiais .....	95
5.4.1. Falência do vendedor que não entregou a coisa contratada .....	96
5.4.2. Falência do comprador que não pagou a coisa contratada .....	97
5.4.3. Contratos em que o comprador falido detém a posse direta ou indireta da coisa, mas não o domínio e ainda não pagou o preço .....	98
5.4.4. Vendas a termo, em que houve a falência do comprador ou a do vendedor .....	105
5.4.5. Contratos imobiliários, de locação e venda .....	105
5.5. Mandato .....	107
5.6. Conta corrente .....	108
5.7. Compensação de dívidas .....	108
5.8. Contrato de sociedade .....	110
5.9. Condomínio indivisível .....	111
5.10. Contrato de sociedade em conta de participação .....	111
6. Resumo e visão geral .....	112

## **Capítulo 4**

### **ADMINISTRAÇÃO DA MASSA FALIDA, REALIZAÇÃO DO ATIVO, EXTINÇÃO E ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA**

1. Visão geral da segunda fase processual .....	115
2. Eixo principal da segunda fase do processo falimentar .....	117
2.1. Publicação do edital contendo a íntegra da sentença que decreta a falência .....	118
2.2. Nomeação do administrador judicial .....	119

2.3. Convocação da assembleia geral de credores .....	127
2.4. Constituição do Comitê de Credores .....	131
2.5. Decisão sobre a continuação provisória das atividades empresariais .....	135
2.6. Arrecadação dos bens e documentos do devedor e elaboração do auto de arrecadação .....	136
2.7. Realização do ativo e pagamento de credores .....	141
2.8. Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido .....	147
2.9. Quadro da fase de arrecadação, realização do ativo e encerramento da falência .....	150

## **Capítulo 5**

### **AÇÕES DE INTERESSE DA MASSA FALIDA:**

#### **Integração e desintegração de bens**

#### **Formação do quadro-geral de credores**

#### **Apuração de crimes definidos na Lei Falimentar**

1. Eixos paralelos .....	153
2. Ações de desincorporação de bens da massa falida.....	154
2.1. Ações de restituição .....	154
2.2. A ação de restituição por proprietário de bem arrecadado.....	155
2.3. A coisa objeto do pedido .....	156
2.4. Alienação posterior à arrecadação .....	157
2.5. Restituição decorrente de venda de coisas a prazo .....	157
2.6. Restituição de adiantamento de contrato de câmbio .....	158
2.7. Restituição em razão de não recolhimento de crédito previdenciário .....	158
2.8. Procedimento .....	159
2.9. Execução e recurso .....	160
2.10. Honorários advocatícios e correção monetária .....	161
2.11. Quadro-resumo .....	162
2.12. Embargos de terceiro .....	163
3. Ações visando à incorporação de bens à massa falida.....	163
3.1. Objeto .....	164
3.2. Distinção entre as hipóteses do art. 129 e as do art. 130....	164

3.3. As declarações de ineficácia .....	164
3.4. Atos praticados dentro do termo legal .....	165
3.5. Atos praticados no período de dois anos anteriores à declaração de falência.....	167
3.6. Atos nos quais não se leva em consideração o ele- mento temporal .....	168
3.7. Atos praticados após a declaração de falência.....	168
3.8. Ineficácia oposta como defesa em ação ou execução....	169
3.9. Ação revocatória .....	169
3.10. Processamento da ação revocatória .....	171
3.11. Medidas cautelares e recursos.....	173
3.12. Ação revocatória prevista na Lei n. 6.404/76.....	173
3.13. Revocatória prevista no art. 51 da LFA .....	174
3.14. Efeitos das ações revocatórias .....	175
4. Formação do quadro-geral de credores.....	175
4.1. Verificação e habilitação de credores.....	175
4.2. Habilitação retardatária.....	178
4.3. Classificação dos créditos .....	178
5. Apuração de crime definido na Lei Falimentar .....	181
5.1. A presença do Ministério Público no processo falimentar..	181
5.2. A abolição do inquérito judicial .....	184
5.3. Competência .....	187
5.4. Processo-crime falimentar .....	187
5.5. Crimes de fraude a credores ou de falsidade no curso do processo .....	188
5.6. Crimes relacionados à escrituração contábil.....	190
5.7. Crimes de natureza patrimonial, por desvio ou especu- lação de lucro sobre os bens .....	192
5.8. Outros crimes.....	194

## Capítulo 6

### RECUPERAÇÃO DA EMPRESA EM JUÍZO

1. Crise econômico-financeira .....	195
2. O sistema de recuperação em juízo.....	196
3. Pressupostos da recuperação em juízo.....	196
3.1. Pressuposto de natureza funcional: exercício regular de atividade empresarial há mais de dois anos .....	197

3.2. Pressupostos de natureza pessoal.....	199
4. Credores sujeitos à recuperação.....	201
5. Recuperação judicial ordinária .....	203
5.1. Meios de recuperação .....	204
5.2. Fases de desenvolvimento da recuperação judicial ordinária .....	207
5.3. Fase do pedido e processamento.....	208
5.4. Fase do plano (LF, art. 53).....	212
5.5. Fase do procedimento (LF, art. 55).....	213
6. Plano especial de recuperação judicial .....	225
7. Recuperação extrajudicial.....	227
7.1. Princípios e limites .....	227
7.2. Pedido .....	228
7.3. Efeitos .....	229
7.4. Documentos necessários.....	229
7.5. Procedimento .....	230
<i>Bibliografia</i> .....	231
<i>Índice Alfabético-Remissivo</i> .....	233